

Entrevista

ROBERTO DE OLIVEIRA MONTE

“ELES QUEREM PEGAR O PESSOAL DA ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS DO EXÉRCITO”

Fotos: Valmir Queiroz



A seguir, os principais trechos de entrevista concedida por Roberto Monte ao repórter Rudson Soares, para a *Revista Adusp*, em 25 de agosto:

Revista Adusp - O sr. foi enquadrado no Código Penal Militar

(CPM) por incitar desobediência e ofender as Forças Armadas...

Roberto Monte - Incitação e motim para mim é coisa de “Piratas do Caribe”, chega a ser humorístico. O que ocorre é que, a partir de 1988, tudo tem de se adequar à

nova Constituição. Mas fomos enquadrados ali pelo CPM, de 1970. Ou seja: faz de conta que você é sargento. Aí você, inteligente, vivo, começa a estudar e tal. Aí chega alguém que faz Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) e acha

que é dono do mundo. Ele o enquadra no CPM. O que tem mais força, o CPM ou a Constituição?

Revista Adusp - Mas o sr. é civil.

RM - Estou sendo “laranja” nisso tudo. O problema ali é outro, é a questão da hierarquia. Uma matéria na revista *Carta Capital* diz que essa questão de hierarquia nas Forças Armadas brasileiras continua tão forte quanto nos anos 1960. Eles querem pegar o pessoal da Associação de Praças do Exército Brasileiro. Junto comigo, estão sendo processados 13 militares. No processo, foi omitido que a palestra se deu na UFRN, ou seja, em um ambiente universitário.

Revista Adusp - Qual sua reação quando soube do processo?

RM - Ao término da palestra, fui aplaudido. Todo mundo apertando minha mão, pegando contato. Depois fui embora. Três anos depois aparece um coronel querendo me ouvir. Minha casa sempre teve a presença de oficiais de justiça, em função de uns 14 processos que tive, em função do combate que o CDHMP fez e faz a grupos de extermínio. Desta vez, porém, vi que tinha relação com militares. Entrei em contato com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) federal, que nomeou o advogado Eri Varela. Articulei com a OAB de Pernambuco, que nomeou dois advogados, Marcelo Santa Cruz de Oliveira e Frederico Barbosa. Optamos por não entrar com *habeas corpus*, porque nossa visão do processo é política. O assunto tem de render. Uma certeza a gente tem: quando terminar isso, a gente vai processar o Estado.

Revista Adusp - Isso foi em 2008. Na época, seu depoimento acabou não ocorrendo.

RM - Quando você está sendo julgado e tem uma patente, a pessoa que vai lhe julgar deve ter a mesma patente e o mesmo tempo de caserna. Tiraram a questão do coronel para outra seara. O coronel solicitou o trancamento, através de um *habeas corpus*. O primeiro entendimento é que quando houve o primeiro trancamento, parava o processo de todo mundo. Depois houve o entendimento de que só valia para ele e, com o desmembramento...

Revista Adusp - Fale sobre a palestra.

RM - Quando o pessoal me convidou eu sabia que poderia ser problemático, tanto que levei um roteiro escrito. Geralmente eu não levo. Eu disse que não entendia, desde criança, como é que um sargento vinha pedir autorização a papai, que era coronel, para fumar. Eu sei como é a relação de oficial superior para sargento. Quando disse isso os caras ficaram animados. Como a maioria, na platéia, era sargento, rolou empatia. Citei o Ricardo Balestreri que diz que você não pode admirar quem você odeia. Os caras foram ao delírio, enlouqueceram. Eles não queriam ouvir, queriam falar. Citei três sargentos mortos pela ditadura: Edson Neves Quaresma, potiguar, que fazia a ponte entre Lamarca e Marighella; Manoel Raimundo Soares, cujo corpo apareceu boiando no Rio Grande do Sul, com as mãos amarradas; e José Manuel da Silva, sargento pernambucano fuzilado no Recife, após delação do Cabo Anselmo. Não fiz provocação.

Minha fala seguiu toda uma lógica racional, dizendo o que deveria mudar, etc.

Revista Adusp - O sr. também disse que o Exército não era apenas o Exército de Caxias, mas também de Lamarca, de Nelson Werneck Sodré, de Luis Carlos Prestes, de Apolônio de Carvalho...

RM - Os militares não gostam quando se fala em Lamarca, Prestes, Apolônio. Esqueci de falar de Gregório Bezerra, que os militares também odeiam. Mas todos foram anistiados. Lamarca ganhou a patente de coronel e quase ganhou a de general.

Revista Adusp - Ainda sobre a palestra: o sr. propôs a criação de núcleos de direitos humanos nas Forças Armadas e disse que elas precisavam de uma lufada de ar...

RM - Tudo nesse país vai ter que se adequar à Constituição de 1988. Muitos desses caras foram criados achando que civil é cidadão de segunda categoria. Existe hoje aquilo que se chama de Sistema Global de Proteção aos Direitos Humanos, que é o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) que começa com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com todos os tratados, convenções... Se você pegar o artigo quinto da Constituição, é a Declaração Universal dos Direitos Humanos pura. Isso é um banho de civilização. Se você tem um Sistema Global, você começa a ter um sistema interamericano. Depois você começa a ter um sistema nacional, um sistema estadual, e um sistema municipal... Você vai trabalhando enquanto sistema. Todos têm que entrar nisso, inclusive as Forças Armadas. É uma questão de tempo.

A universidade já entrou nessa discussão. A Polícia já entrou nisso. As Forças Armadas vão entrar nisso. Peguei agora um material do Instituto Interamericano de San José da Costa Rica que aborda exatamente isso. É questão de tempo. Todo mundo vai ter que ter seu controle externo, aliás, questão que não abordei: controle externo. O que acontece é que as Forças Armadas têm um problema complicadíssimo, em nível interno, que é a relação do oficialato com os praças, que vai de sargento para baixo. É um problema mal resolvido porque eles não adaptaram ainda a estrutura das Forças Armadas à Constituição, ao estado de direito. A idéia dos militares darem “pitaco” em tudo vem desde a Proclamação da República, então eles se acham salvadores da pátria.

Revista Adusp - É verdade que os membros do Ministério Público Militar ensaiaram lhe dar voz de prisão ali mesmo, na saída?

RM - Eu soube disso depois. Fiquei sabendo que se retiraram porque sentiram que vários crimes estavam acontecendo. Retiraram-se e pensaram em me dar voz de prisão.

Revista Adusp - Como foi o depoimento?

RM - Foi tudo muito rápido. Eu estava organizando uma viagem para comemorar as bodas de prata do meu casamento, quando chegou o aviso. Eu disse, no depoimento: “Prestes, como vocês sabem, é tríplice-coroadado”, que é o cara que tirou primeiro lugar em todos os graus do Colégio Militar, desde criança. Pouquíssimos conseguiram. Perguntaram-me se os presentes na palestra sabiam o que eu ia dizer, se me pe-



“Muitos desses caras foram criados achando que civil é cidadão de segunda categoria. A idéia dos militares darem pitaco em tudo vem desde a Proclamação da República, então eles se acham salvadores da pátria”

diram aquele discurso. Perguntaram também se eu não queria me retratar. Se sim, o problema ficaria para os outros processados. Mas eles mexeram com a pessoa errada. Eu vou acabar sendo quem vai complicar. Internamente, estão dando um arrocho, para os 13 militares abrirem. Em termos táticos, para as Forças Armadas, seria melhor eu cair fora. Aí, eles pegariam toda essa galera de sargentos, porque, me diga uma coisa, com quarenta e poucos anos, você quer ser expulso do Exército? Não. Lá, no depoimento, os caras só faltavam ajoelhar e pedir perdão... A primeira coisa que um deles disse foi que tinha abandonado a Associação. O cara entrava, quatro caras na frente e todo mundo pedindo desculpa.

Revista Adusp - O sr. viu isso?

RM - Eu não vi porque estava lá fora. Dois, além de mim, foram ouvidos neste dia.

Revista Adusp - Os militares enquadrados estavam na palestra?

RM - Não necessariamente. Perguntei a um deles: “Você também estava lá?” Ele respondeu que não, mas que é da Associação. Eles querem pegar a Associação.

Revista Adusp - Um editorial da *Revista Adusp* afirmava que “a Ditadura, embora dada por morta, recusa-se a ser enterrada”, pois “sobrevive na mentalidade da cúpula das Forças Armadas, que não hesitam em se colocar acima da sociedade, ignorando decisões judiciais, resistindo ao poder civil e insistindo em manter sob tutela parte do Estado brasileiro”. O que o sr. acha?

RM - Que é isso. A discussão é essa.

Revista Adusp - Então não houve transição?

RM - Precisa ser completada. É que há alguns entulhos aí. Da mesma forma que se fez o novo Código Civil, terão que ser feitos outros códigos.

Revista Adusp - A Justiça Militar deveria ser extinta?

RM - Vou começar a ler sobre isso, ainda não tenho posição. Agora, civil é para civil e militar para militar.

Revista Adusp - A ong Justiça Global, à época, se manifestou a seu favor.

RM - Algumas organizações vão entrar como *amicus curiae*: Justiça Global, DH Nacional etc... Querem ser ouvidas no processo.